

**AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.**

**Relatório dos auditores independentes**

**Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2012**

---

## **AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S/A**

**Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2012**

### **Conteúdo**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

**Balanços patrimoniais**

**Demonstrações dos resultados**

**Demonstrações do resultado abrangente**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**

**Demonstrações do valor adicionado**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao  
Conselho de Administração e aos Acionistas da  
**Autopista Régis Bittencourt S.A.**  
Registro - SP

### Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da **Autopista Régis Bittencourt S.A.** (“Sociedade”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, , assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Autopista Régis Bittencourt S.A.**, em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Sociedades abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras.

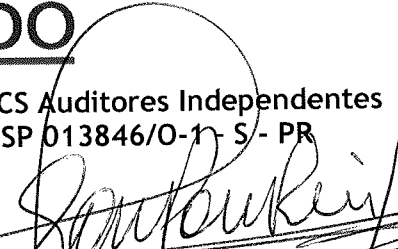
#### Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao balanço patrimonial e ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificações em 22 de março de 2012. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Curitiba, 05 de março de 2013.



BDO RCS Auditores Independentes  
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - PR

  
Francisco de Paula dos Reis Júnior  
Contador CRC 1 SP 139268/O-6-S - PR

  
Paulo Sérgio Tufani  
Contador CRC 1 SP 124504/O-9 - S - PR

# AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Ativo	31/12/2012		31/12/2011	
	Nota explicativa		Nota explicativa	
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	53.098	113.665	22.347
Contas a receber	6	13.786	13.071	33.802
Contas a receber - partes relacionadas	14	852	-	24.125
Estoques		701	1.075	8.303
Despesas antecipadas		1.410	744	3.255
Impostos a recuperar		3.096	2.503	4.673
Outros créditos		10	52	8.947
		<b>72.953</b>	<b>131.110</b>	<b>841</b>
<b>Não circulante</b>				
Aplicações financeiras vinculadas (Conta Reserva)	8	18.423	25.327	8.316
Imobilizado	9	3.707	3.882	723
Intangível	10	1.000.251	750.861	16.826
Diferido	11	21.707	25.241	12.841
		<b>1.044.088</b>	<b>805.311</b>	<b>45</b>
		<b>144.202</b>	<b>145.044</b>	
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	12	554.179	444.306	444.306
Transações com partes relacionadas	14	88.000	97.000	97.000
Fornecedores		99	-	-
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	15	851	222	222
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	46.014	27.215	27.215
Provisão para manutenção em rodovias	15	17.930	14.059	14.059
Provisão para investimentos em rodovias	15	7.936	-	-
		<b>715.009</b>	<b>582.802</b>	<b>582.802</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	12	554.179	444.306	444.306
Transações com partes relacionadas	14	88.000	97.000	97.000
Fornecedores		99	-	-
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	15	851	222	222
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	46.014	27.215	27.215
Provisão para manutenção em rodovias	15	17.930	14.059	14.059
Provisão para investimentos em rodovias	15	7.936	-	-
		<b>715.009</b>	<b>582.802</b>	<b>582.802</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	16	135.768	122.927	122.927
Reservas de lucros		122.062	85.648	85.648
		<b>257.830</b>	<b>208.575</b>	<b>208.575</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.117.041</b>	<b>936.421</b>	<b>936.421</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	31/12/2012	31/12/2011
Serviços prestados		262.974	244.472
Receita dos serviços de construção		268.618	266.507
Outras Receitas		130	439
Deduções dos serviços prestados		(22.337)	(21.479)
<b>Receita</b>	<b>17</b>	<b>509.385</b>	<b>489.939</b>
Custo dos serviços prestados		(114.365)	(99.777)
Custo dos serviços de construção		(268.618)	(266.507)
<b>Custos dos serviços</b>	<b>18</b>	<b>(382.983)</b>	<b>(366.284)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>126.402</b>	<b>123.655</b>
Despesas gerais e administrativas	18	(20.166)	(15.536)
Remuneração da Administração	14	(927)	(772)
Tributárias		(2)	-
Outras receitas operacionais, líquidas		(95)	-
<b>Lucro operacional antes dos efeitos financeiros</b>		<b>105.212</b>	<b>107.347</b>
Receitas financeiras	19	12.785	14.878
Despesas financeiras	19	(45.530)	(40.371)
<b>Lucro operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>72.467</b>	<b>81.854</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	21	(5.912)	(13.329)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	21	(18.798)	(14.459)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>47.757</b>	<b>54.066</b>
<b>Lucro por ação básico e diluído</b>		<b>0,419000</b>	<b>0,531290</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais - R\$)

---

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido do exercício das operações continuada	47.757	54.066
Outros resultados abrangentes-	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>47.757</u></b>	<b><u>54.066</u></b>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

# AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findos em 31 de dezembro de 2012

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2011		85.793	2.282	42.141	-	130.216
Aumento de capital		37.134	-	-	-	37.134
Lucro líquido do exercício		-	-	-	54.066	54.066
Destinação do lucro líquido:						-
Reserva legal		-	2.703	-	(2.703)	-
Dividendos propostos		-	-	-	(12.841)	(12.841)
Retenção de lucros		-	-	38.522	(38.522)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>122.927</b>	<b>4.985</b>	<b>80.663</b>	<b>-</b>	<b>208.575</b>
Aumento de capital		12.841	-	-	-	12.841
Lucro líquido do exercício		-	-	-	47.757	47.757
Destinação do lucro líquido:						-
Reserva legal	16.b	-	2.389	-	(2.389)	-
Dividendos propostos	16.b	-	-	-	(11.343)	(11.343)
Retenção de lucros	16.b	-	-	34.025	(34.025)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>135.768</b>	<b>7.374</b>	<b>114.688</b>	<b>-</b>	<b>257.830</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S/A

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Fluxo de caixa das atividades operacional</b>		
Lucro líquido do período	47.757	54.066
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	25.542	18.583
Baixa de ativos permanentes	7.694	38
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.799	14.459
Juros e variações monetárias de empréstimos	30.165	21.672
Juros e variações monetárias de empréstimos - partes relacionadas	11.819	16.189
Despesa/(receitas) financeira dos ajustes a valor presente	839	365
Constituição/(reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	671	(1.488)
Constituição/(reversão) de provisão para manutenção	10.958	6.956
Constituição/(reversão) de provisão para investimento futuro	(9.974)	-
<b>Redução/(aumento) dos ativos operacionais:</b>		
Contas a receber	(715)	(2.146)
Contas a receber - partes relacionadas	(852)	(1.441)
Estoques	374	(592)
Despesas antecipadas	(666)	(310)
Impostos a recuperar	(293)	-
Outros créditos	42	(27)
<b>Aumento/(redução) dos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	(3.093)	659
Fornecedores - partes relacionadas	(131)	(1.155)
Cauções contratuais de fornecedores	131	78
Obrigações sociais	1.189	(154)
Obrigações fiscais	3.867	11.520
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.376)	(10.640)
Adiantamentos de seguros	-	24.721
Outras contas a pagar	28	8
Credores pela concessão	51	49
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	(42)	(217)
Pagamento de juros - federais	(46.230)	(25.949)
<b>Outros passivos</b>		
<b>Caixa líquido/(utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>93.554</b>	<b>125.244</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(597)	(1.837)
Aquisições de itens do intangível	(266.438)	(259.384)
Aplicação financeira vinculada	(17.883)	(24.112)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	25.825	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento</b>	<b>(259.093)</b>	<b>(285.333)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Empréstimos e financiamentos:</b>		
Captações	136.068	171.199
Pagamentos	(22.096)	(3.685)
Pagamento de mútuo	(9.000)	-
<b>Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>104.972</b>	<b>167.514</b>
<b>(Redução)/aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(60.567)</b>	<b>7.425</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>113.665</b>	<b>106.240</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>53.098</b>	<b>113.665</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

## Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Receitas</b>		
Prestação de serviços	262.974	244.472
Receita dos serviços de construção	268.618	266.507
Outras receitas	130	439
	<b>531.722</b>	<b>511.418</b>
<b>Custos</b>		
Custo dos serviços prestados	(43.366)	(43.427)
Custo dos serviços de construção	(268.618)	(266.507)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.603)	(2.542)
Custo da concessão	(17.174)	(15.138)
Custo de provisão de manutenção em rodovias	(10.751)	(6.955)
Outros custos	(8.752)	(7.526)
	<b>(353.264)</b>	<b>(342.095)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>178.458</b>	<b>169.323</b>
Depreciações e amortizações	(25.542)	(18.583)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>152.916</b>	<b>150.740</b>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	12.785	14.878
Juros capitalizados	9.266	5.231
	22.051	20.109
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>174.967</b>	<b>170.849</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal e encargos:</b>		
Remuneração direta	20.292	17.431
Benefícios	3.973	3.437
FGTS	1.242	1.045
<b>Impostos, taxas e contribuições:</b>		
Federais (incluindo IOF)	34.323	36.753
Municipais	12.584	12.155
<b>Remuneração de capitais de terceiros:</b>		
Despesas financeiras	239	552
Juros	31.506	23.264
Juros capitalizados	9.266	5.500
Outras	1.966	726
<b>Remuneração de capitais próprios:</b>		
Juros - partes relacionadas	11.819	16.189
Juros capitalizados - sobre mútuos	-	(269)
Dividendos propostos	11.343	12.841
Lucros retidos do exercício	36.414	41.225
	<b>174.967</b>	<b>170.849</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

**(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)**

---

**1. Contexto operacional**

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade anônima, domiciliada no Município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 226, e foi constituída em assembléia geral realizada em 19 de dezembro de 2007. Sua controladora e “holding” é a Arteris S.A. (“Arteris” ou “Sociedade”). A Sociedade foi fundada em 14 de fevereiro de 2008 e tem como atividade principal:

- Exclusivamente a exploração, sob forma de concessão, de serviço público precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da Rodovia.

**Transferência de controle acionário**

Em 03 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Partícipes em Brasil S.L., controladora direta da OHL Brasil e titular de 60% do seu capital social, foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, uma sociedade organizada e existente de acordo com a leis de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da Partícipes em Brasil, respectivamente.

A Arteris S.A. (“Arteris” ou “Sociedade”), nova denominação social da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil), comunicou em 20 de dezembro de 2012 aos seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da nova denominação na Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, considerando a conclusão do processo de transferência do controle acionário da Sociedade para a Abertis e Brookfield.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 05 de março de 2013.

**2. Concessões**

A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT.

## AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)

A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia;
- 104,9 km de terceira faixa;
- 109,6 km de vias laterais;
- 23,6 km de variantes/contornos;
- Construção de 51 passarelas;
- Construção de 6 praças de pedágio;
- Construção de 9 Bases de Serviço Operacional - BSO;
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão dessa concessionária, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferido à concessionária ou por ela implantado no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência de os modelos de contratos de concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagarão ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pelas concessionárias federais decorrentes dos contratos de concessão são:

- Recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

Concessionária	Valor anual	Valor remanescente no período da concessão
Régis Bittencourt	8.436	170.126
	8.436	170.126

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

**(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)**

- A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio;
- As concessionárias federais devem assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER;
- Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pelas concessionárias federais, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão;
- A sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do Edital do Leilão;
- A sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos;
- A sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão;
- O estatuto social da sociedade previu a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010;
- A sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

A sociedade estima os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificado:

31/12/2012	
Previsão de janeiro 2013 a 2033	
Natureza dos custos	
Melhorias na infraestrutura	1.173.582
Recuperações/manutenções	548.277
<b>Total</b>	<b>1.721.859</b>

31/12/2011	
Previsão de janeiro 2012 a 2033	
Natureza dos custos	
Melhorias na infraestrutura	963.143
Recuperações/manutenções	474.760
<b>Total</b>	<b>1.437.903</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma  
mencionado)

---

Referidas estimativas de investimentos foram calculadas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente;
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do Contrato de Concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16.

### 3. Base para preparação

#### 3.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras apresentam a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para IFRS, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, essas demonstrações financeiras não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem o reconhecimento do ativo diferido no resultado quando incorrido.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM.

#### 3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

#### 3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

**(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)**

---

**3.4. Uso de estimativa e julgamento**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras quanto a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As demonstrações financeiras sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

**Contabilização de Contratos de Concessão**

Na contabilização dos Contratos de Concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma  
mencionado)**

---

**Momento de reconhecimento do ativo intangível**

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos Contratos de Concessão, segregando, principalmente, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

- (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade dos Contratos de Concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15.

**Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão**

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos Contratos de Concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão.

**Determinação das receitas de construção**

Quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras das empresas do Grupo "Arteris". Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.



**Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão**

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

**4. Principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

**4.1. Instrumentos financeiros ativos**

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

**4.1.1. Empréstimos e recebíveis**

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5), contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**  
**(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)**

---

**a) Caixa e equivalentes de caixa**

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em exercício inferior a 90 dias.

**b) Aplicações financeiras**

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário (CDB) e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

**c) Contas a receber**

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

**4.2. Imobilizado**

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o exercício de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº9 limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

**4.3. Ativo intangível**

**4.3.1. Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão**

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

**(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)**

---

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o exercício de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuro incorporado no ativo.

**4.3.2. Ativos intangíveis adquiridos separadamente**

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida no resultado substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego, estimada para o exercício de concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida**

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

**4.5. Custo de empréstimos**

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um exercício de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma  
mencionado)**

---

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

#### **4.6. Instrumentos financeiros passivos**

##### **a) Classificados como dívida ou patrimônio**

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

##### **b) Empréstimos e financiamentos**

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

#### **4.7. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

##### **4.7.1. Impostos correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

##### **4.7.2. Impostos diferidos**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**  
**(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)**

---

**4.8. Provisões**

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade e de suas controladas. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na Nota Explicativa nº 15.

**4.9. Passivos ajustados ao seu valor presente**

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

**4.9.1. Provisão para investimentos**

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o exercício de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% em 31 de dezembro de 2012 e 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2011, a Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)

**4.9.2. Provisão para manutenção**

Decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% em 31 de dezembro de 2012 e 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2011. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

	Circulantes	31/12/2012	31/12/2011
Provisão para investimentos em rodovias - real		-	17.394
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente		-	16.826
Efeito do ajuste a valor presente		-	568
Provisão para manutenção em rodovias - real		9.034	747
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente		8.742	723
Efeito do ajuste a valor presente		292	24
	<b>Não circulantes</b>		
Provisão para investimentos em rodovias - real		9.252	-
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente		7.936	-
Efeito do ajuste a valor presente		1.316	-
Provisão para manutenção em rodovias - real		25.147	20.657
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente		17.930	14.059
Efeito do ajuste a valor presente		7.217	6.598

(\*) Incluem a parcela variável conforme Nota Explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

**(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)**

---

**4.10. Reconhecimento de receita**

**4.10.1. Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção**

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas.

A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados. Quando o Grupo “Arteris” presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

**4.10.2. Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão**

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

**4.11. Receitas e despesas financeiras**

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

**4.12. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na Nota explicativa nº 16.

**4.13. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**  
**(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)**

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**4.14. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas**

Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Sociedade implementará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

<b>Pronunciamento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Vigência</b>
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do "IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração"	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "Joint Ventures", eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma  
mencionado)**

<b>Pronunciamento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Vigência</b>
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em Coligada e em Controlada e Joint Ventures	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos Itens de Outros Resultados Abrangente	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a Empregados	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 - Modificações a IFRS 7	Estabelece a divulgação - Compensação de ativos e passivos financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do “International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC” listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Sociedade em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma  
mencionado)**

<b>Pronunciamento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Vigência</b>
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
IAS 24 - modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM:

- CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11);
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada);
- CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10);
- CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12);
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente ao IFRS 13).

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

Estão representados por:

	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
Caixa e contas bancárias	1.621	1.384
Aplicações financeiras (*)	51.477	112.281
<b>Total</b>	<b>53.098</b>	<b>113.665</b>

## AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)

(\*) Representadas por aplicações em fundos de investimentos com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira de fundos de investimentos nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Fundos de investimentos	51.477	112.281
<b>Total</b>	<b>51.477</b>	<b>112.281</b>

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 100,4% da variação do CDI no exercício.

## 6. Contas a receber

Estão representadas por:

	31/12/2012	31/12/2011
Pedágio eletrônico a receber (*)	12.219	11.522
Cupons de pedágio a receber	1.160	1.128
Cartões de pedágio a receber	407	421
	<b>13.786</b>	<b>13.071</b>

(\*) Conforme Nota Explicativa nº 23b.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

## 7. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Estão representados por:

	31/12/2012	31/12/2011
Bases do ativo diferido:		
Provisão de participação nos lucros	(1.573)	(1.145)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	(850)	(220)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis:		
Mudança de critério da amortização de investimentos	164.471	99.465
Amortização de intangível de obras futuras	(991)	(1.328)
Provisão para manutenção de rodovias	(25.491)	(14.740)
Resultado financeiro de ajustes a valor presente	(1.839)	(3.167)
Estorno de capitalização de juros	(23)	(20)
Estorno de amortização de diferido	1.631	1.200
<b>Base de cálculo</b>	<b>135.335</b>	<b>80.045</b>
Alíquota nominal	34%	34%
<b>Total do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos</b>	<b>46.014</b>	<b>27.215</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma  
mencionado)

Em atendimento ao CPC 32 foram demonstrados os efeitos da Contribuição Social e Imposto de Renda diferidos pelo seu valor líquido. Para melhor comparabilidade os saldos de 31/12/2011, também foram reclassificados:

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em	Passivo
2013	771
2014	1.639
2015	1.701
2016	1.770
Acima de 2016	40.133
	<b>46.014</b>

## 8. Aplicações financeiras vinculadas

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

A concessionária deve depositar, em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais, 50% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade devem manter depositadas em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Em 31 de dezembro de 2012, essas aplicações foram remuneradas em média a 100,4% da variação do CDI.

Os valores dessas aplicações são como seguem:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES	-	18.423	-	25.327
	-	<b>18.423</b>	-	<b>25.327</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)

9. Imobilizado

A movimentação é como segue:

	Móveis, Equipamento mobiliários, utensílios	Prédios, benfeitorias e dependências	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado bruto							
Saldo em 01/01/2011	467	1.127	618	118	434	206	2.970
Adições	270	277	158	-	638	517	1.860
Transferências	(17)	648	4	70	18	(723)	-
Saldo em 31/12/2011	720	2.052	780	188	1.090	-	4.830
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2011	(94)	(98)	(244)	(41)	(79)	-	(556)
Depreciações/amortizações	(64)	(76)	(142)	(36)	(74)	-	(392)
Alienações/baixas	1	-	-	(1)	-	-	-
Saldo em 31/12/2011	(157)	(174)	(386)	(78)	(153)	-	(948)
Imobilizado líquido							
Saldo em 01/01/2011	373	1.029	374	77	355	206	2.414
Saldo em 31/12/2011	563	1.878	394	110	937	-	3.882
Taxas de depreciação %	10	4	20	20	10	-	-

	Móveis, Equipamento mobiliários, utensílios	Prédios, benfeitorias e dependências	Computadore s e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
Custo do imobilizado bruto							
Saldo em 01/01/2012	720	2.052	780	188	1.090	-	4.830
Adições	69	85	15	-	184	-	353
Alienações/baixas	-	-	(225)	-	-	-	(225)
Saldo em 31/12/2012	789	2.137	570	188	1.274	-	4.958
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2012	(157)	(174)	(386)	(78)	(153)	-	(948)
Depreciações/amortizações	(75)	(94)	(142)	(36)	(119)	-	(466)
Alienações/baixas	-	-	163	-	-	-	163
Saldo em 31/12/2012	(232)	(268)	(365)	(114)	(272)	-	(1.251)
Imobilizado líquido							
Saldo em 01/01/2012	563	1.878	394	110	937	-	3.882
Saldo em 31/12/2012	557	1.869	205	74	1.002	-	3.707
Taxas de depreciação %	10	4	20	20	10	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)

10. Intangível

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 01/01/2011	449.426	417	67.624	3.776	521.243
Adições	121.027	48	154.667	9.983	285.725
Transferências/Reclassificações	54.872	-	(45.492)	(9.380)	-
Alienações/baixas	(375)	-	(21.873)	-	(22.248)
Saldo em 31/12/2011	624.950	465	154.926	4.379	784.720
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2011	(18.288)	(141)	-	-	(18.429)
Amortização	(15.339)	(91)	-	-	(15.430)
Transferências	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2011	(33.627)	(232)	-	-	(33.859)
Intangível líquido					
Saldo em 01/01/2011	431.138	276	67.624	3.776	502.814
Saldo em 31/12/2011	591.323	233	154.926	4.379	750.861

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 01/01/2012	624.950	465	154.926	4.379	784.720
Adições	103.868	368	173.119	1.209	278.564
Transferências/Reclassificações	99.238	10	(97.147)	(2.101)	-
Alienações/baixas	(7.647)	-	-	-	(7.647)
Saldo em 31/12/2012	820.409	843	230.898	3.487	1.055.637
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2012	(33.627)	(232)	-	-	(33.859)
Amortização	(21.404)	(138)	-	-	(21.542)
Transferências	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	15	-	-	-	15
Saldo em 31/12/2012	(55.016)	(370)	-	-	(55.386)
Intangível líquido					
Saldo em 01/01/2012	591.323	233	154.926	4.379	750.861
Saldo em 31/12/2012	765.393	473	230.898	3.487	1.000.251

(a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)

11. Diferido

Está representado por:

	31/12/2012	31/12/2011
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	5.568	5.568
Consumo	5.129	5.129
Custos contratuais da concessão	9.101	9.101
Amortização	115	115
Conservação da rodovia	13.309	13.309
Serviços de terceiros	1.742	1.742
Tributários	2.378	2.378
Resultados financeiros	(1.880)	(1.880)
Outros gastos	(124)	(124)
	<b>35.338</b>	<b>35.338</b>
Amortização Acumulada	<b>(13.631)</b>	<b>(10.097)</b>
	<b>21.707</b>	<b>25.241</b>

12. Empréstimos e financiamentos

Estão representados por:

	Encargos anuais	31/12/2012	31/12/2011
<b>Passivo circulante:</b>			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a. a 5,3% a.a.	25.633	21.046
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a. a 7,93% a.a.	1.020	1.301
		<b>26.653</b>	<b>22.347</b>
<b>Passivo não circulante:</b>			
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a. a 5,3% a.a.	554.035	443.141
Financiamento de equipamentos (FINAME) (b)	TJLP + 2,6% a.a. a 7,93% a.a.	144	1.165
		<b>554.179</b>	<b>444.306</b>
		<b>580.832</b>	<b>466.653</b>

Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoria, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias;
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias;

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**  
**(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)**

---

As linhas de financiamento de longo prazo aprovadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos últimos meses, destinadas aos programas de investimentos das concessionárias federais, contribuíram com a estratégia da Sociedade de alongar o perfil de sua dívida.

Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2013	-
2014	31.803
2015	40.316
2016	43.434
Após 2016	438.626
	<hr/>
	<b>554.179</b>

No final do exercício de 2010 e durante o exercício de 2011, a concessionária assinou contrato com o BNDES para o financiamento dos investimentos de longo prazo.

Esses contratos possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o exercício de vigência dos Contratos de Financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento dos Contratos de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos Contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados;
- e) Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência dos Contratos.
- f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.
- g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)

- 1) **Receita bruta:** receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício;
- 2) **Saldo devedor:** saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.
- 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:
  - 3.1. À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação das concessionárias.
  - 3.2. Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.
  - 3.3. Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos Contratos.

- h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

ICSD = Geração de Caixa da Atividade/Serviço da Dívida.

Onde:

Geração de caixa da atividade	Serviço da dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de Renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição Social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES;
- j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pelas concessionárias nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento;
- k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

**(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)**

---

- (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico;
- (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.
- (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.
- (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos Contratos de Concessão.
- (e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

**Do acionista**

- a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão das concessionárias, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração das concessionárias ou em transferência do controle acionário das concessionárias, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador das concessionárias.
- b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social das concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico das concessionárias ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social das concessionárias, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- d) Manter, durante a vigência do Contrato, suas atuais participações no capital social das concessionárias, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social das concessionárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES.
- e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos Contratos, a totalidade das ações emitidas pelas concessionárias.
- f) Na hipótese de extinção dos Contratos de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionárias ou ainda por falência ou recuperação judicial das concessionárias, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término dos Contratos de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização:

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma  
mencionado)

- 1) Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias depois de expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

### 13. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de R\$ 22.034 (R\$ 24.125 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

### 14. Transações com partes relacionadas

	31/12/2012	31/12/2011
<b>Ativo circulante</b>		
Contas a receber - partes relacionadas:		
Paulista Infraestrutura Ltda. (a)	599	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	253	-
<b>Total</b>	<b>852</b>	<b>-</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	39.471	33.324
Fornecedores com partes relacionadas:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (b)	374	478
Concessionária Rodovias do Interior Paulista S.A.-Intervias (a)	-	3
Paulista Infraestrutura Ltda. (a)	26	1.111
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	9.994	6.723
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	1.016	466
Dividendos propostos:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	11.343	12.841
<b>Total</b>	<b>62.224</b>	<b>54.946</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas:		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	88.000	97.000
<b>Total</b>	<b>88.000</b>	<b>97.000</b>

- (a) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade, efetuadas por sociedades controladas;
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo "Arteris";

**Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma  
mencionado)**

(c) Refere-se a mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano.

Receitas/(despesas) financeiras líquidas	31/12/2012	31/12/2011
<b>Partes relacionadas:</b>		
Obrascon Huarte Lain S.A.	11.819	15.920
<b>Total</b>	<b>11.819</b>	<b>15.920</b>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os montantes de R\$ 927 (R\$ 772 em 31 de dezembro de 2011), foram reconhecidos a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos administradores, os quais não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou a suas controladas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade prove a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

## 15. Provisões

### Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, conforme segue:

	31/12/2010	Adições	Reversões	Utilizações	Encargos	31/12/2011
Cíveis	1.760	2.483	(3.874)	(217)	-	152
Trabalhistas	167	149	(246)	-	-	70
<b>Total</b>	<b>1.927</b>	<b>2.632</b>	<b>(4.120)</b>	<b>(217)</b>	<b>-</b>	<b>222</b>

	31/12/2011	Adições	Reversões	Utilizações	Encargos	31/12/2012
Cíveis	152	704	(153)	(37)	-	666
Trabalhistas	70	167	(47)	(5)	-	185
<b>Total</b>	<b>222</b>	<b>871</b>	<b>(200)</b>	<b>(42)</b>	<b>-</b>	<b>851</b>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, onde neste exercício, não há processos classificados como de riscos possíveis por seus advogados.

#### Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção, conforme descritos nas Notas Explicativas nºs 2 e 4.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 são conforme seguem:

Provisões	Circulante		Não circulante	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31/12/2010	-	-	8.152	16.136
Adições	723	-	5.907	690
Transferências	-	16.826	-	(16.826)
Saldos em 31/12/2011	723	16.826	14.059	-
Adições	7.658	(8.793)	4.232	-
Utilizações	-	(97)	-	-
Transferências	361	(7.936)	(361)	7.936
Saldos em 31/12/2012	<b>8.742</b>	<b>-</b>	<b>17.930</b>	<b>7.936</b>

## 16. Patrimônio líquido

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 135.768 (R\$ 122.927 em 31 de dezembro de 2011) e está representado por 116.095.175 ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2012, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)

		31/12/2012	
		Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Arteris S.A.		116.095.172	99,99
Conselho de Administração		3	0,01
<b>Total</b>		<b>116.095.175</b>	<b>100,00</b>

		31/12/2011	
		Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Arteris S.A.		109.747.902	99,99
Conselho de Administração		3	0,01
<b>Total</b>		<b>109.747.905</b>	<b>100,00</b>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos Reserva legal e retenção de lucros**

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

**Distribuição de dividendos**

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2012 está demonstrado a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	47.757	54.066
Constituição da reserva legal - 5%	(2.388)	(2.703)
Base de cálculo para dividendos	45.369	51.363
Dividendos mínimos obrigatórios - %	25%	25%
<b>Dividendos mínimos obrigatórios do exercício</b>	<b>11.342</b>	<b>12.841</b>

**17. Receitas**

Estão representadas por:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita de serviços prestados	262.974	244.472
Receita de serviços de construção	268.618	266.507
Outras receitas	130	439
	<b>531.722</b>	<b>511.418</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta	531.722	511.418
ISSQN	(12.584)	(12.154)
PIS	(1.712)	(1.598)
COFINS	(7.899)	(7.368)
Outras deduções	(142)	(359)
<b>Receita líquida</b>	<b>509.385</b>	<b>489.939</b>

**18. Custos e despesas por natureza**

Despesas:	31/12/2012	31/12/2011
Com pessoal	(8.813)	(7.003)
Serviços de terceiros	(4.734)	(4.776)
Depreciação/amortização	(4.027)	(3.157)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(671)	1.488
Seguros/garantias	(8)	(6)
Consumo	(396)	(343)
Outros	(1.517)	(1.739)
<b>Total</b>	<b>(20.166)</b>	<b>(15.536)</b>

Custos:	31/12/2012	31/12/2011
Custo de construção	(268.618)	(266.507)
Com pessoal	(15.949)	(14.386)
Serviços de terceiros	(40.460)	(40.350)
Depreciação/amortização	(21.515)	(15.426)
Seguros/garantias	(4.124)	(3.673)
Conservação	(135)	(196)
Provisão para manutenção em rodovias	(10.751)	(6.955)
Taxa fiscalização	(10.700)	(10.047)
Outros	(10.731)	(8.744)
<b>Total</b>	<b>(382.983)</b>	<b>(366.284)</b>

**19. Resultado financeiro**

Receitas financeiras:	31/12/2012	31/12/2011
Juros ativos	56	-
Aplicações financeiras	9.272	14.747
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	3.295	-
Outras receitas	162	131
<b>Total receitas</b>	<b>12.785</b>	<b>14.878</b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
Encargos financeiros	(43.325)	(39.456)
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	(1.966)	(366)
Outras despesas	(239)	(549)
<b>Total despesas</b>	<b>(45.530)</b>	<b>(40.371)</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011  
(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)

20. Demonstração dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	6.635	21.132
Juros capitalizados	9.266	5.231
Aumento de capital com reserva de lucro	12.841	37.134

21. Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 31 de dezembro de 2012 do Imposto de Renda e da Contribuição Social é como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	72.467	81.854
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(24.639)	(27.830)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	(71)	42
Despesa contabilizada	<b>24.710</b>	<b>27.788</b>
<b>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</b>		
Correntes	<b>(5.912)</b>	<b>(13.329)</b>
Diferidos	<b>(18.798)</b>	<b>(14.459)</b>

22. Lucro por ação

As tabelas a seguir, reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Básico</b>		
Lucro líquido do exercício	47.757	54.066
Número de ações durante o ano	113.979.418	101.762.936
Lucro por ação - básico	<u><u>0,41900</u></u>	<u><u>0,53129</u></u>
<b>Diluído</b>		
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	47.757	54.066
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	113.979.418	101.762.936
Lucro por ação - diluído	<u><u>0,41900</u></u>	<u><u>0,53129</u></u>



**Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

**(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)**

---

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo 31 de dezembro de 2012, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

### **23. Instrumentos financeiros**

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

#### **Gestão de risco de capital**

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

O objetivo da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

#### **Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado**

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011****(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)**

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

**Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas:** estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

**Riscos de mercado****a) Exposição a riscos de taxas de juros**

A Sociedade, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações financeiras:

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	7,25%	9,06%	10,88%	5,44%
Juros a incorrer (*)	(10.848)	(13.211)	(15.572)	(8.485)
Receita de aplicações financeiras	3.724	4.654	5.585	2.979
TJLP	5,00%	6,25%	7,50%	3,75%
Juros a incorrer (*)	(39.703)	(46.414)	(53.073)	(32.992)
Juros a incorrer líquido	(46.827)	(54.971)	(63.060)	(38.498)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN de 31/12/2012.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)

**b) Risco de crédito**

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 12.219 e R\$ 11.522, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

**c) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir, mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2013	2014	2015	2016	2016 em diante	Total
BNDES	8,32	66.397	72.243	78.088	78.088	572.303	867.119
Finame	8,47	1.055	147	-	-	-	1.202
<b>Total</b>		<b>67.452</b>	<b>72.390</b>	<b>78.088</b>	<b>78.088</b>	<b>572.303</b>	<b>868.321</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valor expressos em milhares de reais - R\$ exceto quando de outra forma mencionado)

---

**24. Garantias e seguros**

A concessionária, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de Indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	30.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	125.236

(\*) Por sinistro.

**25. Eventos subsequentes**

A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT promoveu a revisão das normas e dos procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal Concedida, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2013.